

IMPrensa E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL (A ANÁLISE DOS JORNAIS PATENSE ENTRE 1905/1942)

ÉRIKA DE SOUZA MORAIS *

MÁRCIA HELENA RODRIGUES DE MATOS**

CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO ***

Resumo: Este artigo pretende colaborar para recuperar o percurso da História da educação na cidade de Patos de Minas, no período de 1905 a 1942, buscando identificar e descrever as principais idéias e representações relativas à educação que circulavam, através da imprensa, na sociedade da época estudada.

PALAVRAS-CHAVE: REPÚBLICA. EDUCAÇÃO. JORNAIS. CIVISMO. PÚBLICO

Abstract: This article aims at contributing to bring back the route of History of Education in the city of Patos de Minas, in the period of 1905 to 1942, seeking to identify and to describe the main ideas and representations, related to education, which circulated, through the press, in the society of that time.

KEYWORDS: REPUBLIC. EDUCATION. NEWSPAPER. CIVISM. PUBLIC

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo é resultado do desenvolvimento do projeto “História e memória educacional : construindo interpretações preliminares sobre o processo de instalação e consolidação da educação escolar em Patos de Minas – MG – 1905 a 1961” apresentado ao NIPE, no qual nos propusemos a investigar o papel da imprensa na educação em Patos de Minas, no período compreendido entre 1905 a 1942, bem como o discurso dos articulistas desses jornais, a partir do contexto da época.

Dessa maneira, interessava-nos entender como eram apresentados, nos artigos publicados, os assuntos concernentes à educação, bem como a elaboração do pensamento

* Graduanda do 4ºano do Curso de Pedagogia/ UNIPAM.

** Graduanda do 3ºano do Curso de Pedagogia / UNIPAM

*** Doutor em História pela USP, Professor da Faculdade de Educação da UFU e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU.

pedagógico e quais as temáticas eram mais contempladas pelos jornais. Além disso, trabalhamos com a hipótese de que a imprensa, embora representante de uma visão de mundo e constituindo um *corpus* documental de inúmeras dimensões, apresentando-se como testemunha de métodos e concepções de um determinado período, não raro trabalhava sob o domínio de forças políticas que representavam os interesses da classe dominante, propagando suas idéias e legitimando-as através de suas publicações.

Em termos operacionais, partimos para o levantamento da documentação trabalhada de acordo com as temáticas e categorias estabelecidas pelo orientador do projeto de pesquisa, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho. Para isso, recorremos ao Centro Histórico de Patos de Minas e ao Laboratório de Pesquisa e História do UNIPAM, onde efetuamos a leitura de vários periódicos, a saber: Tribuna de Patos, Correio de Patos, Folha de Patos, O Patense, A Reforma e Gazeta de Patos, A Reforma, O Trabalho, O Riso, Metralha.

Após o levantamento da documentação (287 artigos), que representou riquíssimo material histórico a ser trabalhado, iniciamos a análise e a catalogação das publicações, promovendo a categorização das mesmas, classificando os gêneros jornalísticos, os eixos temáticos abordados, dando atenção também aos recursos gráficos e de propaganda utilizados no tratamento do tema educação, articulando-os com o contexto histórico social, político e econômico local e nacional, no período republicano, visto que esse período representou um tempo de efervescência ideológica, marcado por profundas mudanças no cenário nacional, em todos os meandros da sociedade e em especial na esfera educacional.

1.1 REPÚBLICA E EDUCAÇÃO

Ao ser implantado no Brasil, o regime republicano trouxe consigo, sob a égide do positivismo e do liberalismo, oriundos da Europa e Estados Unidos, idéias que exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo homem que conseguisse conjugar as necessidades de seu tempo. Para tanto, fez-se necessário uma reestruturação em diversos setores da sociedade, inculcando, assim, nos grupos sociais, os princípios éticos e morais do Estado Republicano.

Politicamente, o Brasil apresentava-se sob o domínio do Coronelismo que, como elemento formador da base da estrutura do poder do país, reafirma-se, no Regime Republicano, enquanto elemento retroalimentador das formações oligárquicas, alocando-se na então chamada “Política de Governadores”.

Embora o período republicano sinalizasse mudanças, pois estava sendo implantado um novo regime, Nagle afirma que

(...) A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram mais fortemente ainda como chefes das oligarquias regionais e dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal. (NAGLE, 1974. p 4)

Dessa maneira, as condições políticas estavam sendo perpetuadas, sinalizando assim a manutenção de um imobilismo estrutural que, embora demonstrasse claros sinais de abalo, estava longe de ruir-se, pois o Estado brasileiro, nesse período, encontrava-se entregue a uma composição de poder restrita e dominadora. Alastrava-se pelo país uma política baseada nos jogos de poder e interesses que iriam marcar a história do país.

Paralelamente a esse quadro político, o Capitalismo e a industrialização começavam a ser implantados no Brasil. Nesse sentido, a sociedade brasileira, que era uma sociedade marcada pelas desigualdades, teve que ser reestruturada. Para isso, plantou-se a idéia liberal de igualdade para todos, pois essa nova ordem econômica necessitava da participação de todos, exaltando o espírito de igualdade e participação, em prol do desenvolvimento do país.

O Período Republicano foi cenário de fervorosos debates que nortearam as idéias pedagógicas, que contribuíram para o avanço da educação no país. Segundo Carlos Henrique de Carvalho (2004),

observar-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil, quando se delinearam e firmaram idéias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que se pode destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária. (CARVALHO, 2004. p.40)

Embora tenha se apresentado como um período de destaque no quadro educacional brasileiro, não podemos negar que a República também se caracterizou por profundas desigualdades sociais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E, na tentativa de reestruturar o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçaram o dualismo, ao legitimar os preceitos

políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país, fazendo com que as causas educacionais, enquanto aspecto social, não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, colocando-as a serviço do poder e usando-as para dar sustentabilidade à ordem e ao progresso tão almejados pela elite dirigente do país.

Buscava-se homogeneizar a cultura, através de um consenso de unidade nacional. E essa unidade só seria conseguida via educação, através da instrução. Porém, uma instrução mínima necessária, ou seja, a educação primária. Afinal, o país apresentava no início do séc. XX uma população composta de 80% de analfabetos e, nesse momento, todos os esforços estavam centrados em instrumentalizar a população para atender às necessidades exigidas pelo novo contexto.

Daí a necessidade de construir grupos escolares e promover reformas estaduais e federais. Vale lembrar aqui que o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de profundas modificações e que se transforma em um eixo norteador para legitimar os preceitos da classe dirigente do país é a educação, que passa a ser usada como instrumento viabilizador de um processo civilizatório, buscando, dessa maneira, formar o cidadão para uma sociedade “democrática” de direito aos moldes do liberalismo.

A partir desse momento, inicia-se um intenso debate acerca da educação no país. Essa inquietação de idéias culminou em reformas educacionais que almejavam uma maior organização e estruturação do sistema educacional brasileiro.

Desta forma, o espírito republicano, que teve seu fortalecimento com o fim do Império, gradativamente penetrou na sociedade brasileira e a educação passou a ser considerada pela primeira vez neste país como o “motor da história”, o que irá caracterizar paulatinamente o Entusiasmo da Educação e o Otimismo Pedagógico.

Segundo Carvalho (2004), a educação passou a ser apresentada como uma verdadeira panacéia. Dessa forma,

o pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução . (CARVALHO, 2004. p 34.)

Neste sentido, inicia-se uma alteração nos instrumentos e conteúdos pedagógicos, pois, até então, a questão da educação, enquanto instrução para o povo, sequer era discutida. E essas discussões em torno de uma estruturação educacional irão materializar-se no Otimismo Pedagógico e no Entusiasmo pela educação.

Jorge Nagle considera que o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico foram movimentos que alavancaram fervorosos debates acerca da educação em todo o

país, culminando na criação da ABE que, de acordo com suas observações, teria surgido como desdobramento do Entusiasmo pela Educação:

O entusiasmo pela educação e otimismo, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e “educadores” – principalmente os “educadores profissionais” que apareceram nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de informação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira. (NAGLE, 1974. p 101.)

Em 1924, surge a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por um grupo de intelectuais que tinham como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores para os profundos problemas educacionais existentes no país. Nesse sentido, a ABE, embora representasse uma luta ideológica que atravessaria o tempo, apresentou-se segundo, Marta Maria de Carvalho, como elemento reestruturador dos mecanismos de controle da população urbana, reforçando, assim, o “velho” em nome do “novo”.

Assim, a ABE disseminou pelo país discursos cívicos buscando, através da unidade nacional, introduzir, via educação e em nome do progresso, um novo modelo de “homem” que atendesse as atuais necessidades do novo tempo e, para isso, seria necessária uma verdadeira campanha de saneamento, que extirpasse da sociedade brasileira todos os males. Sobre este aspecto, Marta Maria de Carvalho afirma que,

condensando os males do país da metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças da erradicação desses males na ação de uma “elite” dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento. (CARVALHO,1998. p 145)

Entretanto, toda essa luta ideológica, que se consubstanciou com a criação da ABE, viria a culminar em dois acontecimentos de suma importância para a educação brasileira. O primeiro foi a Reforma Francisco Campos de 1931, a qual marcou o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. Esta reforma assumiu para si a responsabilidade de conduzir o país no âmbito educacional, sendo a primeira a oferecer uma estrutura

orgânica à educação. Cabe salientar que, pela primeira vez na história da educação brasileira, uma reforma estava sendo imposta em todo o território brasileiro, ou seja, a legislação de ensino teria que ter aplicabilidade em todo o país, fazendo, assim, com que o problema educacional fosse discutido e resolvido de maneira ampla e não somente no interior dos estados, como vinha ocorrendo até então.

Apesar da Reforma Francisco Campos, teoricamente ter sido uma reforma ampla, ela também representou um marco que iria consolidar o dualismo educacional ao estabelecer o exame de seleção obrigatório como condição básica para ingressar no ensino secundário. Todo este processo reforçou uma educação elitista e discriminatória, aumentando a lacuna já existente entre o ensino primário e o secundário. E mais uma vez a expansão do ensino e sua renovação ficaram subordinadas ao jogo de forças oriundas da estrutura do poder.

O segundo aspecto, e o mais relevante de todos, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto, elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, já de início, enfatiza a importância da relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento e destaca a primeira como sendo fundamental, o carro chefe do desenvolvimento do País e um dos principais problemas da nação.

Pois como diz o movimento, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (Manifesto dos pioneiros da educação da Escola Nova, 1934.)

Entretanto, o Movimento Renovador teve suas vitórias e suas derrotas, pois, apesar de o Manifesto estar engajado na luta pela educação, estruturada e orgânica, e de ter consciência da defasagem existente entre a escola e o desenvolvimento, ele não se comprometia na luta pela redução dessa defasagem. Fica claro que este documento não questionava a nova ordem que estava sendo implantada; pelo contrário, ele propunha a adequação do sistema educacional a essa nova ordem.

Se por um lado o Manifesto proclamava a educação como direito individual que deve ser assegurado a todos, por outro, ele não se preocupou com a sistematização desse mesmo. Entretanto, essa racionalidade acaba gerando uma certa irracionalidade, embora lutasse por uma educação que fosse direito de todos, não havia condições de permanência, dentro do modelo de ensino, que estava sendo implantado a partir dos anos 30.

Embora o Manifesto, ao refletir sobre as incoerências de seu tempo, e por essa razão apresentar-se inconsistente e romântico em alguns momentos, ele também

“representou a reivindicação de mudanças totais e profundas na estrutura do ensino brasileiro, em consonância com as novas necessidades do desenvolvimento da época”. (ROMANELLI, 1978, p.150).

Porém, devido a questões políticas, o movimento renovador da educação entrou em hibernação por um longo período, ao menos no campo das idéias, pois no campo efetivo os educadores continuaram sua luta. E, no auge dessa hibernação e uma década depois da Reforma Francisco Campos, foi decretada a lei Orgânica do Ensino Secundário, ponto central da chamada Reforma Capanema, implantada a partir de 1936.

Essa reforma apresentou-se como sendo o prosseguimento do trabalho de expansão do ensino secundário no país, iniciado por Francisco Campos, e reforçava o dualismo educacional expresso na primeira. Entretanto, com um diferencial, a Reforma Capanema vem enfatizar a necessidade do ensino profissionalizante.

Capanema, então ministro de Vargas, propõe a adequação da educação ao processo de industrialização vigente. Assim, para dar continuidade ao Capitalismo emergente, fez-se necessário incrementar medidas que viriam fomentá-lo, através do ensino primário e do secundário. Contudo, eles apenas não bastavam, e, por isso, são elaboradas leis que estruturariam o ensino técnico profissional a partir de 1942, ano em que foram criados o SENAI e o SENAC, organismos que responderiam efetivamente às exigências do mercado de trabalho. Entretanto, esse ensino profissionalizante não habilitava o aluno para o ensino superior, o que gerou mais uma distorção, pois o aluno tinha que escolher entre uma escola que “classificava” socialmente e outra que habilitava para o mercado de trabalho. Todo esse processo criou mais uma lacuna no sistema educacional, transformando-o em um sistema de discriminação social. E a despeito dessas peculiaridades, esse sistema continuou a servir à nova ordem Capitalista. Segundo Maria Elizabete Xavier (...), “a política educacional nacional definia-se, cada vez mais nitidamente, como instrumento de cimentação da ordem econômico-social vigente.” (XAVIER, 1990, p.119).

1.2 A CONFIGURAÇÃO DA CIDADE E O SURGIMENTO DA IMPRENSA

Com base em alguns memorialistas, conseguimos identificar elementos que configuraram a constituição da cidade de Patos de Minas. A partir da análise de documentos publicados por FONSECA (1974), recolhemos os dados que passamos a relatar.

Em 1832, através de edital baixado pela Câmara de Paracatu, foi criado o distrito. Dessa maneira, a antiga povoação denominada “Os Patos”, passou a denominar-se Santo Antônio da Beira do Paranaíba.

O pedido de elevação do distrito à categoria de vila foi formalizado em 25 de dezembro de 1856. Entretanto, a espera durou dez anos, pois somente em 30 de outubro de 1866 seria promulgada a carta emancipatória, através da lei 1291. E somente em 29 de fevereiro de 1868 se deu a efetiva instalação do município do Santo Antônio dos Patos. É importante ressaltar que a instalação da vila consubstanciou grande luta da população.

Segundo FONSECA (1974), no pedido para a elevação de Santo Antônio dos Patos à vila constava:

O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 rs... e a exportação de 200:000\$000 rs.. anualmente. (...) Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epíteto eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expedito, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856. (FONSECA, 1974, 77 e 78)

Ainda dos documentos publicados por Fonseca temos: em 24 de maio de 1892, o governo eleva a “toque de caixa” à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Dessa maneira, a vila de Santo Antônio de Patos foi uma das elevadas, pois se encontrava na condição de sede de comarca.

Assim estava concebida a cidade de Patos de Minas que começava a encorpar-se, dando sinais de sua emancipação. Assim, podemos observar que todo o ato de “emancipação” emanava do poder central; logo a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país que, a despeito dos interesses dos habitantes, exercia um forte controle social e determinava as diretrizes a serem seguidas. Nesse sentido, a direção política da cidade de Patos encontrava-se nas mãos dos “homens bons” que, almejando o progresso da cidade, conduziam o povo rumo à urbanização. E sob o julgo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico e conseqüentemente maior poder político, configurou-se, juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

Concomitantemente à urbanização, surgem necessidades urgentes de desenvolvimento em todos os setores da sociedade. E o discurso progressista conclamado pelas elites apelava para a ampliação do transporte, comunicação, saúde e educação objetivando, assim, a criação de uma infra-estrutura que desse sustentáculo ao desenvolvimento e ao progresso. Surge então, em 1825, a escola de primeiras letras. Entretanto, existem aí elementos que, segundo Fonseca, caracterizavam-se como dificultadores do processo educacional:

A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que medeavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras. (FONSECA, 1974, p.123)

A oficialização do ensino em Patos de Minas data de 1853, ocasião em que é criada a primeira “cadeira de instrução primária” tendo como primeiro professor Francisco de Paula e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio de 1853, permanecendo no cargo até 1957, ano em que, devido a interesses políticos locais, pede demissão.

No que se refere à instrução, o governo enfrentou sério problemas, pois era muito difícil encontrar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar em lugares distantes e em vilas de maior importância. Além disso, constituiu problema de maior dimensão a falta das cadeiras do sexo feminino. Apesar das dificuldades, a nomeação da primeira mestra, Maria Madalena de Negreiros Maciel, ocorreu em 1868. A partir de dados levantados por FONSECA (1974), observamos que

O presidente da Câmara de Patos, Dr Marcolino de Barros, informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, 1 do feminino com 23 alunas, e 1 mista com 39 alunos e 24 alunas. (...) O recenseamento de 1920 apurou 1.088 mulheres sabendo ler e escrever na sede do município. (...). (FONSECA, 1974, p.134)

Representando um grande avanço no campo educacional e apresentando-se como imponente elemento do progresso em Patos de Minas, o Grupo Escolar Marcolino de Barros é instalado em 4 de junho de 1917, tendo como diretor o professor Modesto de Mello Ribeiro.

Dessa maneira, paulatinamente, o cenário educacional de Patos de Minas começa a firmar-se enquanto palco de manifestações culturais que anunciavam paradigma de conduta e posturas individuais em nome da harmonia coletiva, tão almejada pelos benfeitores de Patos, incansáveis “guardiões do progresso” que tomam para si a missão de guiar o povo para a edificação da cidade civilizada. Idéia essa amalgamada pelos princípios da moral e dos bons costumes.

A elite, tomando para si os “louros” do progresso da cidade, conduzia o povo rumo à modernidade, através da disciplinização, articulando mecanismos de controle com o intuito de moralizar a mesma, fazendo com que o povo assimilasse suas idéias sentindo-se como parte constitutiva e indispensável do processo de modernização.

Assim, vários elementos são utilizados para disseminar a idéia de progresso que atinge em cheio a vida cotidiana e o imaginário das pessoas. Isso posto, surge em Patos de Minas da elite para as elites, a imprensa, processo que não poderia ser diferente, uma vez que o povo não tinha instrução para encabeçar a criação de um evento de tamanha magnitude, tarefa atribuída a homens letrados como foi o caso de Fortunato Pinto da Cunha que, segundo FONSECA (1974), cria o primeiro jornal de Patos de Minas, “O Trabalho”, lançando o primeiro número a 15 de agosto de 1905.

Surgem então, em Patos, os jornais que, apesar de não circularem regularmente, reclamam para si a responsabilidade de propagar e exaltar valores e normas de conduta que, não raro, estavam em conformidade com as representações vigentes da ordem e do progresso.

Neste sentido, a imprensa passa a simbolizar mais do que a informação e por ser portadora da verdade apresenta-se altiva e inquestionável aos olhos do povo. Assim, consta nos registros de FONSECA (1974):

Nestas colunas nunca tal permitimos, nem permitiríamos, pois compreendemos a imprensa como a luz serena e imperturbável que com seus raios tranqüilos nos apontam o caminho do bem, pois quer a LIBERDADE; da razão, pois quer a JUSTIÇA; do coração pois, quer a DIGNIDADE, do benefício de todos nós, pois tem por fim problemas a se resolverem, princípios a se discutirem, fins a colimarem, todos tendendo o benefício comum. (Dr. Antonio Nogueira de Almeida Coelho “O Trabalho” – nº36 15/08/1906. – FONSECA, 1974, p.201)

Dessa forma, a Imprensa segue produzindo e cristalizando no seu interior valores e personagens, ditando regras de bem viver, exaltando a necessidade de se combaterem valores que ameacem a ordem social vigente, bem como as representações que por ventura possam desmistificar os ideais que apontam para o progresso.

2 IMPRENSA E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

A imprensa enquanto fonte de pesquisa proporciona infinitas possibilidades de contextualização e entendimento dos períodos históricos, pois a partir da análise das publicações de periódicos, especificamente dos jornais, é possível descortinar idéias e concepções pedagógicas que permearam a Educação Brasileira na sua trajetória histórica.

Neste sentido, Nóvoa afirma:

a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações presentes. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas, também para a criação de uma outra cultura pedagógica. (NÓVOA, A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português)

Diante disso, percebe-se a notória contribuição de jornais e revistas para o entendimento do processo educacional, uma vez que estes propiciam um estudo reflexivo acerca da educação. Portanto, o contato com estas fontes permite-nos um adentramento nas especificidades deste vasto campo, visando a identificar a diversidade ideológica que constitui o espaço escolar, bem como a compreensão das inúmeras relações presentes neste microcosmo social, que não raro representam os anseios da sociedade em seus múltiplos aspectos, em especial no político, que utilizam a escola para legitimar os seus preceitos enquanto forma de propagação ideológica.

É importante reafirmar que a imprensa, embora represente uma visão de mundo, não se apresenta de maneira neutra. Basta observar que, no período republicano, a imprensa estava condicionada ao poder das elites dirigentes do país e, por isso, circulava em um meio restrito, contemplando uma classe “privilegiada” de pessoas. Neste sentido, no período mencionado, as idéias propagadas pela imprensa eram formadas a partir das classes dominantes. Assim, conforme Carlos Henrique de Carvalho (2004),

(...) o espaço jornalístico configura-se, primeiramente, por ser um meio de transmissão de informação, não sendo ele neutro e imparcial, perante os acontecimentos, e não estando à margem da realidade social e política. E, também, por ser formador e regulador da opinião pública pelo fato de veicular análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outros. Na verdade, constitui-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (públicos e privados) que passa a atuar na vida social e, conseqüentemente, não fica alheio à realidade histórica, na qual está inserido. (CARVALHO, 2004. p.48)

Portanto, consideramos pertinente analisar o papel da imprensa na educação em Patos de Minas por entendermos que os jornais, a partir de suas reportagens, conseguem condensar em seu interior as concepções educacionais que estavam sendo plantadas, além de oferecer sustentação ao regime, ao transformar-se em elemento propagador das idéias do mesmo.

Além dessas considerações, Ana Maria de Almeida Camargo (1993) aponta relevantes reflexões acerca da utilização da imprensa, bem como sua grande contribuição como fonte para a história:

o jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberadas (...) A imprensa como um meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias apresenta os problemas como foram vistos e sentidos pelos participantes – coloridos, portanto, pela própria vivência da situação. (CAMARGO, A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil.)

Desse modo, a partir dos discursos elaborados, é possível avaliar as preocupações sociais, as concepções educacionais e as aspirações políticas de uma sociedade. Logo, o estudo da imprensa permite-nos analisar nas entrelinhas de suas publicações todo um conjunto de representações em torno da realidade social. Através de tal estudo, procuramos caracterizar a formação de um modelo educacional, que estava sendo almejado e amplamente discutido no país e, especificamente, em Patos de Minas.

Com o intuito de oferecer uma visão mais ampla do pensamento educacional que permeou a cidade de Patos de Minas no período de 1905 a 1942, selecionamos alguns artigos de jornais articulando-os com o contexto nacional e regional, buscando identificar através das idéias divulgadas pela imprensa as principais iniciativas para a consolidação do ideal republicano na cidade. Não obstante a isso, procuramos identificar quais os princípios que norteavam as idéias pedagógicas do período estudado.

A idéia disseminada no país de que era necessário combater o analfabetismo via instrução primária, para alcançar a passos largos o almejado progresso que colocaria o Brasil na marcha dos “povos civilizados” foi amplamente articulado pelos jornais:

A civilização é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade.

As nações tendem naturalmente a aumentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços comuns de seus membros.

O desenvolvimento da moral, da sciencia, da litteratura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilisação ao qual pode cada povo chegar. (...)

Si a civilisação fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilisação sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessario. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessario a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do individuo, da familia, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilisação, não pode haver progresso. E no entanto a nossa mocidade é discuidada d'ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção.

Façamos justiça, sejamos civilisados e instruamos a mocidade, esperança do porvir!

(A Instrucção da Mocidade. **O trabalho**. Cidade de Patos, Anno 1, n.4, 20 Set. 1905, p.3.)

Observamos também outro artigo na íntegra que ressalta a questão da instrucção da mocidade:

Meus amiguinhos, é para vós este artiguinho que hoje rabisco; si vol-o dedico é com o fim unico de dar-vos um bom conselho, chamando ao mesmo tempo a atenção de vossos paes, parentes e amigos dos quaes depende a vossa educação e o vosso futuro. Ao ler o meu artiguete com a mesma epiraphe, disse-me um bom velhote:

“Li o teu artigo e achei-o bem bom (para me agradar talvez); fallava em augmento de luzes, progresso, moral, litteratura, artes, legislação, commercio, indústria e agricultura, mas que tudo isso era devido às sciências e à civilisação. E para que tudo isto? Já não sabem tanto os nossos meninos e a nossa mocidade já não está tão adiantada?”

É verdade, lhe respondi tristemente; é verdade sabem muito os nossos meninos, mas não sabem ainda quanto e o que devem saber. Poderão elles conhecer os seus deveres e pratical-os se ignoram, até esmo, os principios rudimentares da verdadeira civilisação, o que seja a sociedade e a família? Não, meu bom velho, a mocidade é o futuro da patria, a sua instrucção é o manancial da ordem e do progresso.

Assim como a nossa terra é uberrima na sua seiva, uberrima nas suas florestas, rica nos seus minerais tambem o é na intelligencia de seus filhos. Mas a seiva intellectual necessita ainda, e não pouco, de substancia alem do vigor e da energia.

Si não nos fiamos só na fertilidade do nosso sólo, si não nos contentamos só com a natureza em vigor e nas suas evoluções, mas nos dedicamos com uma insistencia e uma lida brutal no cultivo da terra para della colhermos bons fructos e estes satisfactorios, porque abandonar incultas tantas intelligencias, capacidades talvez, seguindo ao impulso inclemente da natura exigente e peçonhenta que corroe a nossa sociedade, que só nos arrasta para o mal?

A religião, a patria e a familia reclamam a instrucção da nossa mocidade que, uma vez instruida é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bases do direito social, o principio de auctoridade, a constituição da familia e o amor da patria tendo por guia o sopro benefico e indispensavel da religião.

Mocidade esperançosa, filho do povo e nascido para o povo, vivo sosinho no mundo tendo por tecto o firmamento, por minha familia a humanidade, por guia a religião.

Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permittaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, tambem de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistencia a instrucção para vossos espiritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar.

O saber no homem é como a gloria que se alcança no campo da batalha, ou em defeza da honra e da virtude; tem principios, mas não tem fim, é quase eterno. Acompanha-nos emquanto respiramos a aura inconstante da vida e, mesmo depois que deixamos a terra os despojos mortaes, pagando a morte o tributo inevitavel da vida, nos leva aos arraiaes da vida ultramundial e faz o nosso nome immortal.

Pedindo a instrucção, pedireis tudo quanto purifica, exalta e aperfeiçoa a alma humana.

P.M.

(A Instrucção da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos (Minas), 9 de outubro, 1905, n.6, anno 1, p.1-2.)

Dessa maneira, os jornais, através de seus artigos, enalteciam a educação enquanto elemento instrumentalizador que lançaria as novas bases de sustentação para a configuração de uma sociedade democrática, viabilizando a construção da grande nação brasileira, como podemos observar nesta publicação:

A Eschola è um sagrado templo, onde se prepara o destino de um povo. A felicidade ou infelicidade de um paiz, deve-se á boa ou má educação do seu povo, e uma ou outra dimana (brotar) da eschola.

O progresso humano, sob os seus varios aspectos, tem na eschola suas raizes, que dão a grande arvore, sob cuja copa cada um de nós vae descansar dos horrores desta vida, buscando conforto e coragem para arrostar (encarar) todas as difficuldades contra a ignorancia.

Espalhae escholas, disseminando uma bõa e san educação, que veremos feliz o povo que as tiver.

Não tenha escholas um povo, que vel-o-emos praticando todos os vicios, cego a se perder pela escuridão das trevas da ignorancia...

Mas, a eschola que é o thermometro da civilisação de um pôvo, deve sêr o principal poncto de atençaõ dos governos, sobre cujos hombros pesa a grande responsabilidade do descaso glacial que se vem notando até aqui por parte dos mesmos, que têm feito da educação do nosso pôvo uma questam de interesse secundario.

Embora se apregoem aos quatro ventos as muitas e reaes vantagens da reforma do nosso ensino primário, resente-se ella do principal: è que o professorado não se acha habilitado para executar o programma vigente.

E culpa não n'a tem o professorado, que não é obrigado a fazer o que não aprendeu.

Os governos é que, à vista da necessidade de uma reforma radical, deviam tel-a principiado pelos professores, preparando-os convenientemente, para que eles, tendo aprendido o programma, possam executal-o estricta e rigorosamente...

Sem essa medida, unica cabivel ao caso, iremos sempre de reforma em reforma, deixando o principal por se reformar.

Os governos (outra cousa), quando se toca em educação e instrucção do seu povo, devem deixar de lado a lepra nojenta e prejudicial, que é o que

se chama *política*, para dar à educação um cunho de seriedade, um caracter de ousa elevada e dignificadora, para que nos não vejamos a braços com dificuldades tantas, provindas dos favores a amigos politicos, em prejuizo do pobre pòvo, já tam onerado e despojado dos seus mais sagrados direitos.

Os governos que se compenetrem da grande importancia da eschola, que prepara o destino do seu povo!...

X.

(X. A Eschola. **O Riso**, Cidade de Patos (Minas), 19 jun. 1915, n.11, p.1).

Existia por parte da imprensa uma verdadeira campanha no sentido de consubstanciar na cidade a instalação do grupo escolar em decorrência da reforma do ensino primário. É importante ressaltar que esses grupos iriam configurar-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos, que via na instrução pública o melhor caminho para legitimar seus preceitos, fazendo emergir uma nova sociedade, calcada nos princípios da ordem e do progresso:

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela ecucação e instrucção populares.

Nota-se mesmo um certo enthusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indifferença criminosa.

De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este iportantissimo ramo da administração publica.

Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino.

Fulgamos de consignar aqui e tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento.

Acreditamos que a creação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade.

Não nos devemos deter portanto ante sacrificio algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrucção não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças.

M.

(Instrucção Publica, **O Trabalho**. Cidade de Patos (Minas), anno 2, n.4, 9 dez. 1906, p.1.)

Outro momento registrado com ênfase pelos jornais foi o empenho dos “representantes do povo” na luta pela construção do grupo escolar, que iria preparar e instruir convenientemente o povo patense rumo ao desenvolvimento, renovando, assim, a sociedade dentro da ordem:

Ha tempo que tomou a si a ardua tarefa de levantar a estatística da população infantil em idade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino.

Si parecesse que a idéa não merecia por parte de S. S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorvo que lhe antolhasse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provento professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos aque se têm dirigido em busca do auxilio que será a base para que magestoso se engu na nossa cidade o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial, para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistivel à corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice.

Encorajados pelo brilhante resultado que vão colhendo os illustres campeões da educação infantil, dão razões para que se supponha em pleno resultado tão valioso tentamen que será o attestado mais indefectivel do espirito adiantado e progressista do nosso povo, fazendo fructificar desde já as suas mais ardentes aspirações e quando amanhã o Governo e os homens grados da Republica vierem nos trazer as suas alviçaras pela inauguração da Estrada de Ferro Goyaz silvando, fumarente entre nos, deante do templo de Minerva da casa onde o povo se vae habilitar para as suas grandes emprezas na vida, hão de render homenagens a ese povo que por sua iniciativa propria procura se afastar do cahos onde a ignorancia e o crime se anivelam.

O problema da instrucção publica, é, no primeiro plano das plataformas dos governos intelligentes a principal idea que a deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos – tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas. (...)

(Grupo Escolar, **O Trabalho**. Cidade de Patos (Minas), anno III, n.62, 20 ago. 1908, p.1-2.)

Todas as comemorações eram permeadas pelos ideais de civilidade da ordem e do progresso, sendo, assim, transformadas em grandes e fervorosos espetáculos oferecidos pela população que, enaltecida, desfilava pela cidade aclamando a Pátria e abrilhantando os grandes acontecimentos. Nesse sentido, a Semana da Pátria era uma das principais datas festejadas, pois consubstanciava as idéias de nacionalismo e amor à pátria, verdadeiros ícones do ideal republicano. Assim, o 7 de setembro apresentava-se dessa maneira:

Encerrando as memoraveis comemorações da Semana da Pátria, realizou-se rumurosa, no dia 7, a grande parada dos estudantes desta cidade.

Consoante programa previamente distribuido, às 7 horas da manhã, no pateo do grupo Escolar foi celebrada a missa de louvor pelo Revmo. Coadjeitor, Padre João Valim.

Após a missa, serviu-se ligeiro lanche aos escolares, para imediatamente iniciar-se o grande desfile pelas ruas da cidade.

Entre os acontecimentos de monta de nossa terra, o desfile do dia 7 constituiu um dos mais entusiásticos e deslumbrantes que a cidade já viveu e já sentiu.

A banda de música "Olegario Maciel", executando hinos patrióticos, ocupou a frente do garloso desfile, ao rufar de tambores, sendo acompanhada pela nossa "linha de tiro", pelos reservistas, pelos alunos da Escola Normal Oficial local, pelos alunos do Grupo Escolar Marcolino de Barros e por grande massa de povo.

Cada estabelecimento ou corporação empenhava a sua bandeira nacional, ladeada pela respectiva guarda de honra.

Todos os escolares e professores traziam uma bandeirinha, formando uma profusão de bandeirinhas que se agitavam nas instantes de mais entusiasmo e garbo.

Logo que o enorme desfile, que contava mais de 1500 escolares e mais de 3000 pessoas, defrontou o Paço Municipal, foi a Bandeira Nacional ali desfraldada por todas as altas autoridades presentes, ao som do hino nacional e em meio ao frêmeto patriótico da mocidade e do povo.

Da sacada do emponente edifício, o ilustre Prefeito Fonseca Sobrinho, dirigiu a palavra aos estudantes e ao povo, vibrante e energico como sempre, dizendo, em forma e eloquente aldução, do grande entusiasmo que nos impolgava por comemorar o dia máximo da Pátria, revivido na atitude heroica e interpada do Presidente Getúlio Vargas que, com a colaboração constante do eminente Governador Benedito Valadares e do povo mineiro e de todo Brasil, declarou firmes todos para os maiores sacrifícios para que a honra nacional não sofresse aos apodos e os ultrajes de inimigos gratuitos, terminando por verbar a ação dos países do Eixo que têm a velcidade de querer sepultar a liberdade, tão imortal como os povos de honra e de dignidade.

Com retumbantes e felicissimas expressões, conseguiu o nosso prezado chefe e dirigente transmitir aos moços, e a todos, a confiança, a fé e a esperança que tem nos destinos da Nação, sob a orientação sábia do governo com o apoio de todo o povo --, sendo as suas últimas palavras cobertas de espreitosos aplausos, entoando calorosos hinos patrióticos.

Percorrendo as ruas centrais da cidade, o desfile foi um espetáculo de rara beleza, pelo garbo dos que desfilaram, pelo entusiasmo reinante, pelas palmas e aplausos da multidão, pelas aclamações constantes e sucessivas, pela grandeza dos aspectos e pela elevada significação de que se revestiu.

Tornando ao grupo Escolar, onde se realizou a grande sessão cívica, o entusiasmo e a vibração popular atingiram ao auge.

Foi a sessão aberta pelo digno Prefeito Cadeado pelos drs. Juiz de Direito e Promotor de Justiça, e pelos professores Mario Francea Pinto, assistente técnico do ensino nesta Circunscrição, e Aguinaldo Magalhães Alves, diretor da Escola Normal.

De início, os presentes, acompanhados pela banda de música, cantaram o hino nacional com o maior respeito e vibração.

Em seguida, foi dada a palavra ao jovem José Otaviano de Andrade que falou em nome dos escolares e da Linha de Tiro, sendo o seu discurso fortemente aplaudido.

Logo após, o povo cantou o hino da independência, ocupando a Tribuna o orador oficial que foi o professor Aguinaldo Magalhães Alves.

A sua pela operatória, vasada no mais puro estilo, verdadeiramente inflamada de ardor civico e patriotico, foi primorosa lição das possibilidades de nossa pátria e de nossa gente, estabelecendo o paralelo entre as duas épocas, a da independência e atual.

Toda a assistencia fremia de entusiasmo ante aos altos conceitos emitidos pelo orador com relação ao Brasil, sendo os maiores lances patrioticos da oração constantemente entrecortados de palmas e aplausos estrepitosos. Terminou o culto professor e intelectual proferindo belissima e veemente oração de saudação à bandeira nacional que comoveu a todos os presentes.

Em meio a mais estrepitosa salva de palmas e vivas foram ouvidas as suas últimas palavras, sendo, então, entoando o hino à bandeira pela multidão que fremia do mais legítimo entusiasmo.

Depois de calorosos vivas ao Presidente Vargas, ao Governador Valadares, ao glorioso Exército Nacional, ao Brasil e ao Prefeito Fonseca Sobrinho, o povo cantou o hino nacional encerrando a sessão cívica, que ficou gravada na memória de todos como a cena mais tocante que a Pátos já viveu e que maior repercussão e vibração produziu no nosso povo, inteiramente pronto e disposto a cumprir o dever que os imperativos da Pátria fizeram sentir.

"Folha de Pátos", que solidariza, esteve presente a todos os atos regoseja-se com o eminente Prefeito Fonseca Sobrinho pelo alto civismo revelado pelo povo nesta hora de incertezas e dificuldades para a Pátria, demonstrativo, aliás, de sua inteira confiança na pessoa do ilustre amigo que, com fibra e dignidade, soberbamente dirige o município.

(O grande e imponente desfile do dia 7 de setembro. O entusiasmo reinante entre os escolares. A vibração do povo. Os discursos. FOLHA DE PATOS. Pátos, 13 de setembro 1942. Ano II. Nº 73. P.1 continuação 4.)

Os jornais também elucidavam as idéias educacionais vinculadas ao positivismo, elemento dinamogênico essencial aos preceitos do novo regime:

A instrução é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossivel avaliar-se o beneficio e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria. (...)

(A Instrução no Brazil. **O Trabalho**. Cidade de Pátos (Minas), anno 1, n.2, 27 ago. 1905, p.1.)

É importante ressaltar que todas as estratégias usadas no período republicano eram ações planejadas, que objetivavam penetrar no imaginário popular incutindo no povo um conjunto de representações que legitimavam os valores republicanos, criando uma unidade nacional em prol de uma nação desenvolvida aos moldes dos grandes países rumo ao progresso. Essas estratégias eram, portanto, mais um instrumento de doutrinação cívica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o período proposto, podemos observar que a elite dirigente do país, ao implantar o Regime Republicano, tomou para si a responsabilidade de alcançar, a passos largos, o progresso da nação, usando como elementos de sustentação os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Esses elementos iriam

contribuir para disseminação dos ideais de civilidade e da ordem e progresso por todo o país.

Para atingir seus objetivos, era necessário que os governantes reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que, em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. Nesse sentido, o regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo, via instrução, para a grande marcha em prol de desenvolvimento do país.

Todo este processo deveria propiciar o ajustamento social do indivíduo que, inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa harmônica que ilustrava a nação, sob pena de transformar-se em um grande mal, que deveria ser estirpado da sociedade, para não comprometer a harmonia vigente.

Entretanto, para que estas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformasse em um *corpus* social, era necessária sua disseminação. Dessa forma, a imprensa apresenta-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos. Nesse sentido, o pensamento divulgado pela imprensa patense ia de encontro aos setores dominantes nacionais, ao divulgar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando, com caráter de urgência, a importância da instrução para o progresso da nação e chamando o povo para participar da condução do país em direção à modernidade.

Por ser a imprensa o reduto do pensamento, onde este circula quase de maneira palpável, consideramos a análise de jornais extremamente pertinente para a História; afinal é através de seus artigos que podemos estabelecer uma aproximação possível entre educação e imprensa, quando, através dos discursos dos articulistas desses jornais, conseguimos identificar este ou aquele elemento propagador dos ideais republicanos que, não raro, apresentam-se estrategicamente engendrados na sociedade brasileira.

4 REFERÊNCIAS

BRITO, Maria Terezinha de. **A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho.** São Carlos. SP, 1999.211f.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A Imprensa Periódica como fonte para a História do Brasil.** São Paulo: Ed. USP, Rio de Janeiro: Kosmos, 1993.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa:** as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922 - Uberlândia: Edufu,2004.123f.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica:** Higiene Moral e Trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)_Bragança Paulista – SP: EDUSF, 1998. 506f.

CATANI, Denice Barbara. **A Imprensa Periódica Educacional:** as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. Educação e Filosofia, Uberlândia, MG, 115-130, jul. -dez. 1996.

FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pecuários e Enxadachins:** História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Inorabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses. 303f.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo.** Petrópolis:Vozes, 1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NÓVOA, Antônio. **A Imprensa de educação e ensino:** concepção e organização do repertório português. In: Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petropólis: Vozes, 1987.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** De Getúlio a Castelo (1930-1964). Apresentação de Francisco de Assis Barbosa, tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil.** São Paulo: Papyrus, 1990.